

ÁREA CRIMINAL

 Busca restrita a esta área:

[Expand all](#) [Collapse all](#)

SUGESTÃO DE LEITURA

Normas e expedientes que regulamentam ou que estabelecem procedimentos para a área criminal.

Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça	Regulamenta os serviços dos foros judicial e extrajudicial e consolida, de maneira sistemática e uniforme, os provimentos, portarias, circulares, despachos normativos, instruções, orientações, ordens de serviço e comunicações editados no âmbito do TJMS.
Provimento nº 305 /2014, do CSM	Institui e consolida, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de transmissão de peças processuais, nos termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
Provimento nº 70 /2012, da CGJ	Estabelece regras procedimentais para o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, instituído pelo Conselho Superior da Magistratura, por meio do Provimento n. 148/2008 (revogado pelo Provimento nº 305/2014).
Legislação Federal	Códigos e Leis, tais como Código de Processo Penal , Código Penal , etc.
Provimento nº 162 /2008, do CSM	Dispõe sobre o atendimento pelos Juízes de Direito da Comarca de Campo Grande – MS aos pedidos de natureza cautelar, em matéria criminal , formulados em procedimentos investigatórios a cargo dos órgãos de combate às organizações criminosas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e estabelece preceitos sobre seu processamento.
Provimento nº 105 /2014, da CGJ	Dispõe sobre recebimento, distribuição, processamento e arquivamento dos pedidos de natureza cautelar, em matéria criminal , formulados em procedimentos investigatórios e/ou no curso da instrução processual penal no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
Provimento nº 287 /2013, do CSM	Cria a Comissão de Alienação de bens apreendidos em ações penais .
Lei nº 13.343/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
Provimento nº 60 /2011, da CGJ	Institui o Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação "Gonçalo Pereira" de Mato Grosso do Sul - SIDII , para gerenciamento das atividades de consulta e inserção das informações sobre antecedentes criminais no Estado.
Ofício Circular nº 126.664.075.0065 /2020, da CGJ NOVIDADE - 22.4.2020	Encaminha aos Juízes deste Estado com competência criminal parecer e decisão proferidos nos Autos 126.625.0002/2020, afim de que nas sentenças condenatórias conste de forma expressa a determinação para adequação imediata do regime prisional.

Processos criminais de natureza cautelar (sigilosos)	Provimento nº 162 /2008, do CSM	Dispõe sobre o atendimento pelos Juízes de Direito da Comarca de Campo Grande – MS aos pedidos de natureza cautelar, em matéria criminal, formulados em procedimentos investigatórios a cargo dos órgãos de combate às organizações criminosas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e estabelece preceitos sobre seu processamento.
	Provimento nº 105 /2014, da CGJ	Dispõe sobre recebimento, distribuição, processamento e arquivamento dos pedidos de natureza cautelar, em matéria criminal, formulados em procedimentos investigatórios e/ou no curso da instrução processual penal no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
Armas e Bens Apreendidos	Provimento-CSM nº 450/2019	Dispõe sobre a Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais.
	Recomendação-CNJ nº 30, de 10 de fevereiro de 2010	Recomenda a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
	Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
	Resolução nº 134 /2011, do CNJ	Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.

Mandado de Prisão	Resolução nº 251 /2018, do CNJ	Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências.
Audiência de Custódia	Resolução nº 213 /2015 do CNJ	Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.
	Provimento nº 352 /2015, do Conselho Superior da Magistratura	Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário Estadual de Mato Grosso do Sul, a realização de audiência de custódia.
	Ofício Circular nº 126.0.075.0005 /2015 da CGJ	Encaminhamento de modelo de relatório de Audiência de Custódia e instruções para preenchimento
Destruição de drogas	Lei nº 12.961/2014	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 , para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas.
Escolta e Recambiamento de presos	Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS	O art. 242 do CNGJ trata da requisição ou recambiamento de preso dentro e fora do Estado.
	Resolução nº 365 /2007, da SEJUSP	Dispõe sobre as escoltas e transferências de presos interestaduais e dentro do Estado.
	Ofício Circular nº 126.664.075.0060 /2020, do TJCE NOVIDADE - 22.4.2020	Encaminha aos Juízes do Estado, para conhecimento, cópia do Provimento nº 14, publicado em 19 de Julho de 2019, editado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, a fim de dispor sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro daquele Estado.
Tornozeleira - Monitoração eletrônica	Provimento nº 151 /2017, da CGJ	Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da Justiça Criminal do Estado de Mato Grosso do Sul.
	Ofício Circular nº 126.664.075.0124 /2019 da CGJ	Encaminha ao Juízes de Direito do Estado parecer e decisão proferida nos autos PP 126.152.0168/2019, quanto à observância do prazo máximo de uso da monitoração eletrônica.
Alvará de Soltura	Resolução nº 108 /2010, do CNJ	Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.
Indígenas	Resolução nº 287 /2019, do CNJ	Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.
Destinação das verbas oriundas das penas pecuniárias	Provimento nº 86 /2013, da CGJ	Regulamenta o disposto no art. 5º da Resolução n. 154 , de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, disciplina a Execução de Penas e Medidas Alternativas no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
	Resolução nº 154 /2012, do CNJ	Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.
	Provimento nº 21 /2012, do CNJ	Define regras para destinação e fiscalização de medidas e penas alternativas.
Fiança	Código de Processo Penal	Artigos 321 a 350.
	Resolução nº 224 /2016, do CNJ	Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências.